



Ministério
Das Cidades



PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – PLHIS

JOÃO
MONLEVADE/MG.



Ministério
Das Cidades



PROPOSTA METODOLÓGICA

Etapa I



Sumário

Conteúdo

1 – Introdução	6
2 – Histórico do Município de João Monlevade.....	10
2.1 – Evolução política e administrativa de João Monlevade.....	12
2.2 – Geografia.....	14
2.3 – Relevo e Hidrografia.....	14
2.4 – Ecologia e meio ambiente	15
2.5 – Demografia	16
2.6 – Subdivisões.....	17
2.7 – Economia	18
2.7.1 – Setor Primário.....	19
2.7.2 – Setor Secundário	20
2.7.3 – Setor terciário.....	21
2.8 – Saúde.....	21
2.9 – Educação	22
2.10 – Serviços e Comunicações.....	23
2.11 – Transporte.....	24
2.12 – Habitação.....	26
3 – Estrutura de Coordenação e Organização dos Trabalhos para Elaboração do PLHIS.....	27
4 - As Atribuições e Responsabilidades.....	36
4.1 – Atribuições e responsabilidades da equipe municipal.....	36
4.2 – Atribuições e responsabilidades da consultoria técnica.....	37
5 – Bases e fontes de pesquisa para elaboração do PLHIS de João Monlevade	43
6 – Procedimentos para execução das etapas e produtos do PLHIS.....	46
6.2.2. Levantamento da demanda habitacional.....	48
1º grupo - Mapeamento do déficit habitacional básico ou déficit quantitativo	49
2º grupo - Mapeamento da inadequação habitacional ou déficit qualitativo	49
6.2.3. Produto final dessa etapa a ser entregue pela consultoria:.....	51



**Ministério
Das Cidades**



<i>6.3. Etapa III – Estratégia de Ação</i>	<i>51</i>
<i>6.3.1. Produto final dessa etapa a ser entregue pela consultoria:.....</i>	<i>53</i>
<i>7- Estratégia de Comunicação, Mobilização e Participação da População, com Identificação dos Diferentes Atores.....</i>	<i>54</i>
<i>8 – Formas de publicidade ao início e término dos trabalhos com apresentação da equipe e dos mecanismos de participação popular e de acesso às informações.....</i>	<i>61</i>
<i>9 – Cronograma de eventos de discussão com a sociedade, com mapeamento das atividades.....</i>	<i>65</i>
<i>10 – Os prazos e custos estimados à elaboração do PLHIS.....</i>	<i>68</i>
<i>11 – Cronograma de Desembolso.....</i>	<i>70</i>
<i>12 – A forma de articulação com outros programas e ações.....</i>	<i>72</i>
<i>13 – Referências Bibliográficas.....</i>	<i>74</i>
<i>Anexos</i>	<i>75</i>



Lista de Figuras e Tabelas

Figura 1 – vista parcial da cidade de João Monlevade.....	16
Figura 2 – Vista parcial da cidade com algumas formações rochosas ao fundo. No Município há predomínio de relevo montanhoso, com mares de morros e montanhas.....	19
Figura 3 – Bairro periférico de João Monlevade	18
Figura 4 – Vista de algumas edificações da Belgo, empresa que foi fundada na década de 30 e que foi vital para o crescimento de Monlevade	20
Figura 5 - Vista do terminal rodoviário inaugurado em 2004.....	25
Figura 6 - organograma da Prefeitura Municipal	29
Tabela 1 - evolução populacional do município.....	16
Tabela 2 - subdivisão de João Monlevade	18
Tabela 3 - produção do setor primário do município	19
Tabela 4 - composição da equipe municipal para elaboração do PLHIS.....	32
Tabela 5 - Composição da equipe da consultoria responsável pela elaboração do PLHIS	34
Tabela 6 - Composição do GAP	57



1 – Introdução

O presente documento corresponde à formulação da proposta metodológica para a elaboração do **PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – PLHIS** do Município de João Monlevade.

Ressalta-se que “A atuação do Ministério das Cidades, desde sua criação, foi orientada pelo compromisso com o pacto federativo, tendo em vista a relevância dos governos e dos agentes sociais para realizar diagnósticos, definir e implementar os programas habitacionais.

No sentido de fortalecer o planejamento estratégico de longo e médio prazo foi concebida a Política Nacional de Habitação e sancionada a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, que criou o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS/FNHIS, com o objetivo de integrar a atuação dos três níveis governamentais, descentralizando de forma articulada, ações planejadas e fontes de financiamento que buscam otimizar investimentos voltados para a habitação de interesse social.

Também sob essa perspectiva, entre os anos de 2007 e 2010 o Programa de Aceleração de Crescimento – PAC inclui recursos dos programas desenvolvidos pelo Ministério das Cidades entre os investimentos prioritários.



Nas últimas décadas, Estados, Distrito Federal e Municípios vêm desempenhando papel estratégico na concepção e introdução de projetos e programas habitacionais. O esforço dos governos locais resultou em avanços significativos no setor, com a implementação de programas que se destacam, inclusive, no cenário internacional.

Para implantação do SNHIS governos de estado e Prefeituras fizeram sua adesão e se comprometeram em constituir o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social e seu Conselho Gestor, e em elaborar o Plano Local de Habitação de Interesse Social – PLHIS. O PLHIS é, portanto parte indispensável ao SNHIS, por se tratar de um dos instrumentos de implementação do sistema e conter o planejamento e gestão articulada e integração dos três níveis de governo (União, Estados e Municípios).

O Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS objetiva “viabilizar para a população de menor renda o acesso à terra urbanizada e a moradia digna sustentável” (art. 2º, inciso I,) que tem ainda a responsabilidade de acompanhar, articular e apoiar à atuação de órgãos públicos e instituições que atuam na promoção do acesso a moradia digna para todos, através do setor de habitação de interesse social.

Visando o fortalecimento da política municipal de habitação de modo a garantir o desenvolvimento sustentável da cidade como um todo o Município de João Monlevade, através da Lei Municipal 1604/2008 de 03 de julho de 2008 dispõe sobre a formação do Conselho Municipal de Habitação e da outras providências. Em seguida apresentou pleito ao Ministério das Cidades e foi



selecionado, pela Secretaria Nacional de Habitação, através do FNHIS Programa de Habitação de Interesse Social, para receber recursos da Ação apoio para a Elaboração dos Planos Locais de Habitacionais de Interesse Social, para a elaboração do Plano Local de Habitação de Interesse Social – PLHIS. Após firmar o contrato junto à Caixa Econômica Federal o município contratou através de processo licitatório a empresa Ethos Consultoria Assessoria e Desenvolvimento Social para dar apoio ao desenvolvimento dos serviços técnicos necessário à elaboração do PLHIS.

Conforme preconiza as orientações disponibilizadas pelo Ministério das Cidades a elaboração do PLHIS se divide em três etapas: I Proposta Metodológica, II Diagnóstico do Setor Habitacional e III Estratégias de Ação.

A Proposta Metodológica tem como objetivo oferecer um conjunto de diretrizes e procedimentos para trazer orientações necessárias à realização das etapas posteriores, definição das atividades a serem desenvolvidas e o cronograma de execução no intuito de mensurar o tempo e a metodologia adotada.

É a partir das orientações do Estatuto da Cidade, Lei Federal nº 10.257 de 10 de julho de 2001, regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal e estabelece os parâmetros e diretrizes da política urbana no Brasil. Oferece instrumentos para que o município possa intervir nos processos de gestão urbana e territorial, e garantir a efetivação do direito à cidade.

A Política Nacional de Habitação, o Plano Nacional de Habitação e o Manual de orientações operacionais no âmbito da



ação de apoio para elaboração de Planos Locais serão norteadores para a elaboração de cada etapa do PLHIS, no entanto será preservado o respeito à diversidade e peculiaridade regional, visando a construção de um instrumento pautado na legislação brasileira e na realidade local.

Para tanto serão definidas as estratégias de comunicação, mobilização e participação social em todas as etapas com a finalidade de garantir o envolvimento dos atores sociais e institucionais, sobretudo a ampla participação popular, através de representantes das diversas localidades e seguimentos da sociedade civil organizada, cumprindo assim seu papel na implementação do SNHIS e se tornando um importante instrumento para o desenvolvimento de João Monlevade, sobretudo devido a seu objetivo inicial de contribuir para o planejamento do setor habitacional local.



2 – Histórico do Município de João Monlevade



Figura 1 - vista parcial da cidade de João Monlevade

O Município de João Monlevade está situado no interior do Estado de Minas Gerais, é pertencente à Microrregião de Itabita e Mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte. A localização é bastante privilegiada, estando a

leste da capital do estado, distando desta cerca de 110 km. A extensão territorial é de 99,283 km², sendo que 99,193 km² estão em perímetro urbano e os 0,09 km² restantes constituem a zona rural.

O censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE realizado no ano de 2011 estima que a população do município é de 74.141 habitantes. No ano de 2010 João Monlevade era o 47º município mais populoso de Minas Gerais e o segundo de sua Microrregião.

A temperatura média anual na Sede do Município é de 21,45°C. Há predominância de mata atlântica na vegetação presente no município.



No ano de em 2010 foram contabilizados 28.023 veículos, o que corresponde a uma frota automobilística relativamente grande pelo porte do município.

Segundo dados do município a taxa de urbanização é de 99 %. E quanto aos estabelecimentos de saúde, no ano de 2009 João Monlevade já contava com 54 estabelecimentos. O seu índice de Desenvolvimento Humano – IDH é de 0,807, considerando elevado se comparado ao país.

João Monlevade foi emancipada no século XIX, tendo como principal fator de seu desenvolvimento a instalação da empresa AelorMittal Aços Longor, conhecida anteriormente por Belgo-Mineira, em 1921. Atualmente o município é composto por setenta e dois bairros, contando com diversos atrativos naturais, históricos e culturais, como a Matriz de São José do Operário, construída na década de 1940; e a Forja Catalã, que foi feita para abrigar o principiapl responsável pela desbravação da região, e quem o no do município homenagea, senhor “Jean-Antoine Félix Dissandes de Monlevade”.

O historico da região revela que até o começo do século XIX a região do atual município de João Monlevade não passava de uma área com densa mata fechada. Até que, em agosto de 1917, chega à região o engenheiro francês Jean-Antoine Félix Dissandes de Monlevade. Naquele local, localizado na então Provincia de Minas Gerais, sob o comando do engenheiro Jean-Antoine foi realizado um estudo mineralógico e geológico do solo do lugar, pesquisa a



qual resultou na descoberta de vastas forjas propícias para a produção de ferro.

Em seguida, o francês percorreu várias comarcas, como Sabará, Caeté e São Miguel de Piracicaba, onde adquiriu algumas sesmarias e construiu uma forja Catalã, além de sua moradia, o Solar Monlevade, em 1818. Montou uma fábrica, obtendo grande sucesso, sendo uma das maiores do período imperial, produzindo desde enxadas até freios para animais. Em 1935 foi implantada outra grande indústria, a companhia Siderúrgica Belgo-Mineira (atual ArcelorMittal Aços Longos), com ajuda do engenheiro Louisensch, o que provocou um grande desenvolvimento da cidade. Destacam-se então, nos anos seguintes, as construções de 3 mil residências, do Hospital Margarida e da Matriz de São José do Operário, além de obras em estradas e escolas e evolução do comércio local. O local passou a se chamar *Centro Industrial do Distrito de Rio Piracicaba e Carneirinhos*.

2.1 – Evolução política e administrativa de João Monlevade

João Monlevade pertencia ao município de Rio Piracicaba. Através da Lei Estadual nº 336, em 27 de dezembro de 1948, foi criado o Distrito de João Monlevade, recebendo essa denominação em homenagem ao engenheiro que desbravou a região. A emancipação política e administrativa ocorreu em 30 de dezembro de 1962, através da Lei Estadual nº2764, ocasião em que o distrito foi elevado à categoria de Município, sendo instalado em 1º de março de 1963, composto apenas pelo Distrito-Sede. Porém foi somente em 29 de abril de 1964 que o Município de João Monlevade conseguiu oficialmente autonomia de município.



A primeira eleição municipal de João Monlevade foi no ano de 1965, em 5 de dezembro desse mesmo ano, tomaram posse os primeiros vereadores, que totalizavam treze membros, sendo Sebastião Batista Gomes o presidente da câmara, João Amaro Gomes o vice e Ronaldo Frade o secretário), além do prefeito, Wilson Alvarenga, e seu vice-prefeito, Josué Henrique Dias.

Dez anos após, em 1975 foi criada a Comarca de João Monlevade que foi instalada no ano de 1979.

O desenvolvimento urbano da cidade exigiu uma melhora significativa na infraestrutura urbana de João Monlevade. Além do Hospital Margarida e do Ginásio Monlevade, que foram construídos na década de 50, outras grandes criações que surgiram naquele período foram a Associação Comercial, a Fundação Educacional (futura FUNCEC) e a instalação da TELEMIG – Telecomunicação de Minas Gerais e a CEMIG – Companhia Energética de Minas Gerais, que trouxeram à cidade, respectivamente, fornecimento de telefonia e energia elétrica.

No período que compreende as décadas de 1970 e 80 houve um maior investimento no setor cultural, como a construção do Estádio Municipal Louis Ensch.

Observa-se que o espaço rural, que predominava anteriormente, vem sendo substituído gradativamente pelo urbano, para atender às exigências da expansão urbana, dada pelo aumento das atividades produtivas na cidade, tais como indústria, comércio e serviços e pelo aumento da demanda habitacional,



gerado pela concentração populacional. O limite entre o campo e a cidade está deixando de ser visível e o decréscimo da população do campo ocorre a cada ano.

2.2 – Geografia

João Monlevade situa-se a 19°48'36" de latitude sul e 43°10'26" de longitude oeste. Seus municípios limítrofes são Bela Vista de Minas, localizada a leste; São Gonçalo do Rio Abaixo, a oeste; Rio Piracicaba, a Sul; e Itabira, a norte.

2.3 – Relevo e Hidrografia



Figura 2 - Vista parcial da cidade com algumas formações rochosas ao fundo. No município há predomínio de relevo montanhoso, com mares de morros e montanhas.

A altitude média do ponto central da cidade é de 580,57 metros. O ponto culminante do município fica na Serra do Seara onde a altitude é de 1.340 metros. O relevo do município é predominantemente montanhoso. Cerca de 68% do território municipal situa-se em domínios de mares de morros e montanhas.

20% está em áreas onduladas e os 12% restante é de terrenos planos. A altitude mínima encontra-se no Córrego Jacui.

O município pertence à Bacia do Rio Doce, além de ser banhado pelo Rio piracicaba e Rio Santa Bárbara.



A cidade de João Monlevade, como a maioria dos municípios mineiros, é rodeada por várias montanhas e rochas e seu crescimento ocorreu ocupando essas áreas, sem um plano diretor direcionado para uma urbanização em consonância com o meio ambiente, características geofísicas que fazem com que o município sofra com deslizamentos de terra durante o período chuvoso. Em alguns pontos a falta de áreas verdes ainda atrapalha o escoamento das águas das chuvas, causando enchentes e inundações.

2.4 – Ecologia e meio ambiente

A partir da década de 1930, com a construção da Companhia Siderúrgica Belgo Mineira, grande parte da vegetação original que havia na cidade, a Mata Atlântica, foi devastada. Todavia visando amenizar os impactos ambientais e evitar um possível estresse ambiental, década de 40 a empresa organizou um programa de reflorestamento. Atualmente vários projetos ainda são realizados e planejados, como, anualmente, entre o final de maio e início de junho, a realização da Semana do Meio Ambiente. São realizadas palestras nas escolas e para a população, caminhadas ecológicas e plantio de mudas de árvores em várias partes da cidade.



2.5 – Demografia

Crescimento populacional de João Monlevade

Ano	Habitantes
1970	39 988
1980	48 198
1991	59 340
2000	66 690
2010	73 120

Tabela 1 - evolução populacional do município.

A contagem da população do município realizada em 2010, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE contabilizou 73.120 habitantes, apresentando uma densidade populacional de 739,81 habitantes por km². Desse total, 34.963 habitantes são homens e 38.488 habitantes mulheres. Ainda segundo o mesmo censo, 73.120 habitantes na zona urbana e 331 na zona rural.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDH-M de João Monlevade é considerado elevado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD. Seu valor é de 0,807, sendo o 28º maior de todo o estado de Minas Gerais do total de 853 que compoem o estado de Minas Gerais e o 425º de todo país (entre 5.507). A cidade possui a maioria dos indicadores médios e parecidos com os da média nacional segundo o PNUD.

O Coeficiente de Gine, que mede a desigualdade social, é de 0,38, sendo que 1,00 é o pior número e 0,00 é o melhor. No ano de 2003, a incidência da pobreza, medida pelo IBGE, era de 23,68%, o



limite inferior da incidência de pobreza era de 14,12%, o superior era de 33,25% e a incidência da pobreza subjetiva era de 18,07%.

2.6 – Subdivisões

Não há no município subdivisão em distritos, a não ser o Distrito-Sede, e, de acordo com o IBGE, em toda sua história nunca houve projetos de lei que oficializassem a criação de um. Mas a cidade é subdividida não oficialmente em Monlevade Centro Industrial, Loanda, Carneirinhos, Santa Bárbara e Cruzeiro Celeste. E 72 bairros conforme discrimina a tabela a seguir:

Região	Número de Bairros	Bairros
Monlevade Centro Industrial	10	Amazonas, Areia Preta, Baú, Egito, Jacuí, Pedreira/Forninho, Santa Cruz, Tieté, Usina/Beira Rio, Vila Tanque.
Loanda	6	Belmonte, José de Alencar, Laranjeiras, Loanda, Metalúrgico.
Carneirinhos	21	Aclimação, Alvorada, Carneirinhos, Castelo, JK, José Elói, Lourdes, Lucília, Mangabeiras, N. Sra. Aparecida, N. Sra. Conceição, Nova Esperança, Novo Horizonte, Republica, Rosário, Satélite, São Benedito, São Geraldo, São João, São Jorge, Vale do Sol.
Santa Bárbara	13	Boa Vista, Chácara Coqueiros, Cidade Nova, Industrial, Ipiranga, Nova Aclimação, Nova Cachoeirinha, Paineiras, Pinheiro, Ponte Funda, Recanto Paraíso, Santa Barbara, Vale da Serra.
Cruzeiro Celeste	22	ABM, Campos Elísios, Chácara Vale Verde, Corumbiara de Vanessa, Cruzeiro Celeste, Ernestina Graciana, Estrela Dalva, Monte Sagrado, Nova



Monlevade, Novo Cruzeiro, Palmares, Petrópolis, Primeiro de Maio, Promorar, Tanquinho I e II, Teresópolis, Santa Cecília, Santo Hipólito, São José, Sion, Vera Cruz.

Tabela 2 - subdivisão de João Monlevade



Figura 3 - Bairro periférico de João Monlevade

condomínios residenciais. Em alguns bairros da cidade há uma combinação entre o nome da localidade e a denominação de suas ruas, como no bairro da República, onde suas ruas têm nomes dos ex-presidentes brasileiros.

Devido à maior concentração da população, atualmente há agrupamentos oficiais menores. Além dos 72 bairros, João Monlevade tem loteamentos e

2.7 – Economia

Na economia a vocação principal é histórica, mineração e indústria siderúrgica, permanecem, porém ganha força também o setor de prestação de serviços e comércio.

As Principais indústrias são ArcelorMittal (Antiga Companhia Siderúrgica Belo Mineira) e Companhia Vale do Rio Doce.

O produto Interno Bruto - PIB de João Monlevade é o maior de sua microrregião, destacando-se na área de prestação de



serviços. De acordo com dados do IBGE, relativos a 2008, o PIB do município era de R\$ 1.436.358,435 mil. 181.233 mil são de impostos sobre produtos líquidos de subsídios a preços correntes. O PIB *per capita* é de R\$ 19.260,33.

Em 2009 havia 35.021 trabalhadores, sendo 19.272 pessoal ocupado total e 15.749 ocupado assalariado. Salários juntamente com outras remunerações somavam 232.025 mil reais e o salário médio mensal de todo município era de 2,6 salários mínimos. Havia 2.728 unidades locais e 2.654 empresas atuantes.

2.7.1 – Setor Primário

Produção de cana-de-açúcar, milho e mandioca		
Produto	Área colhida (hectares)	Produção (tonelada)
Cana-de-açúcar	8	480
Mandioca	3	36
Milho	12	36

Tabela 3 - produção do setor primário do município

O setor de menor relevância para a economia de João Monlevade é a agricultura. De todo o PIB da cidade 1.427 mil reais é o valor adicionado bruto desta área. Segundo o IBGE, em 2009 o município possuía um rebanho de 1.983 bovinos, 70 equinos,



quatro asininos, 20 muares, 120 suínos, 40 caprinos, 20 ovinos e 1.350 aves, entre estas 500 galinhas e 850 galos, frangos e pintinhos. Em 2009 a cidade produziu 281 mil litros de leite de 240 vacas, 4 mil dúzias de ovos de galinha e 750 mil quilos de mel de abelha.

Na agricultura, na lavoura temporária, são produzidos principalmente a cana-de-açúcar (480 toneladas), a mandioca (36 toneladas) e o milho (36 toneladas).

2.7.2 – Setor Secundário



Figura 4 - Vista de algumas edificações da Belgo, empresa que foi fundada na década de 30 e que foi vital para o crescimento de Monlevade.

A indústria, atualmente, é o setor mais relevante para a economia do município. 676.790 mil reais do PIB municipal são do valor adicionado bruto da indústria (setor secundário).

A principal fonte de renda da cidade é a ArcelorMittal Aços Longos, que atualmente pertence ao maior grupo siderúrgico do mundo e que foi vital para o surgimento e o desenvolvimento do município e entorno.

João Monlevade possui ainda cerca de 2.500 pequenas indústrias e prestadores de serviços, que vêm contribuindo para o crescimento e desenvolvimento do município, em especial nos ramos de forjaria, prestação de serviços, serralheria, usinagem,



caldeiraria e construção civil. Em 2000, 7.254 pessoas estavam ocupadas no setor industrial.

2.7.3 – Setor terciário

O setor terciário é o terceiro lugar de maior importância da economia da cidade. 576.909 mil reais do PIB municipal são do valor adicionado bruto do comércio e prestação de serviços. O comércio de João Monlevade concentra-se num bairro distante da Belgo, o bairro de Carneirinhos, embora haja pequenos núcleos comerciais em outros bairros, como no bairro Loanda. A maioria do comércio da cidade é do setor de vestuário e calçados, mas também há grande movimentação no setor de serviços, eletrônicos, automóveis e supermercados. Considerada cidade-pólo regional devido ao seu comércio diversificado em João Monlevade encontram-se também grandes redes nacionais do varejo como Ricardo Eletro, Magazine Luiza e Ponto Frio.

2.8 – Saúde

O município possuía no ano de 2009, 54 estabelecimentos de saúde entre hospitais, pronto socorros, postos de saúde e serviços odontológicos, sendo 17 deles públicos e 37 privados e que todos estes públicos pertencem à rede municipal. Neles a cidade conta com 102 leitos para internação.

Em 2010 foram registrados 1.010 nascidos vivos e foram registrados 123 óbitos, sendo que 72 mortos eram homens e 51 mulheres.



Os principais hospitais do município são o UNIMED João Monlevade e o Hospital Margarida. Este último destaca-se por ter sido um dos primeiros da cidade, inaugurado pela ArcelorMittal em 16 de novembro de 1952 para suprir a demanda gerada pelo desenvolvimento da cidade. Até então os atendimentos médicos eram realizados em um ambulatório provisório, de madeira, situado no interior da usina. Localizado no bairro Vila Tanque, também é uma das principais construções de Monlevade.

2.9 – Educação

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB médio entre as escolas públicas de João Monlevade, no ano de 2009, foi avaliado em 5,4; valor acima ao das escolas municipais e estaduais de todo o Brasil, que é de 4,0%. O número de alunos matriculados no ano de 2009 foi de 15.151 alunos distribuídas em 54 escolas nas redes públicas e particulares.

O ensino de João Monlevade se destaca como um dos melhores de Minas Gerais, tendo, segundo a Secretaria de Educação do município, uma das 10 melhores taxas do IDEB do estado (idem médias acima) e uma das 50 do país. É o mesmo baseado em escolas públicas e particulares, além de quatro entidades que mantêm ensino a nível superior na cidade, sendo estas: a Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG, Fundação Comunitária Educacional e Cultural de João Monlevade - FUNCEC e o Colégio e Faculdade Kennedy (REDE PITÁGORAS) .



Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP e do Ministério da Educação - MEC, o índice de analfabetismo no ano de 2000 entre pessoas de dezoito e vinte e quatro anos de idade era de 1,590%. A taxa bruta de frequência à escola naquele ano era de 83,660%, sendo que no país esse índice era de 81,5%. 1.295 habitantes possuíam menos de 1 ano de estudo ou não contava com instrução alguma. Em 2010, 52 alunos frequentavam o sistema de educação especial e 177 crianças estudavam em creches, sendo que 25 alunos de creches e 77 do ensino fundamental possuíam aulas em tempo integral.

2.10 – Serviços e Comunicações

O serviço de abastecimento de água é feito pelo Departamento de Água e Esgoto (DAE), que também é responsável pela coleta de esgoto. No município, assim como em quase todo o estado de Minas Gerais, o serviço de abastecimento de energia elétrica é feito pela Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG. Segundo registros da companhia no ano de 2003 haviam 23.224 consumidores e foram consumidos 358.274.340 kwh de energia.

A cidade conta com serviços de internet discada e banda larga - ADSL sendo oferecidos por diversos provedores de acesso gratuitos e pagos. O serviço telefônico móvel, por telefone celular, também é feito por várias operadoras. O código de área - DDD de João Monlevade é o 31. O Código de Endereço postal - CEP da cidade vai de 35930-001 a 35934-999. No dia 19 de janeiro de



2009, a cidade passou a ser servida pela portabilidade, assim como as outras cidades de DDD 31. A portabilidade é um serviço que possibilita a troca da operadora sem a necessidade de se trocar o número do aparelho.

O município conta ainda com jornais em circulação. No ano de 2000 havia três no total. Em 2001 existiam duas emissoras de rádio, de acordo com a Associação Mineira de Rádio e TV e a Telecomunicações de Minas Gerais S.A. Porém esse número aumentou ao longo dos anos. São as principais emissoras da cidade a Rádio Cultura, no ar desde 1961, sendo a primeira de Monlevade, e a Rádio Alternativa 1 FM. Há sinal de várias emissoras de televisão, tanto em Ultra HighFrequency - UHF quanto Very High Frequency - VHF, sendo exemplos de emissoras locais a TV Leste e a TV Globo Minas.

2.11 - Transporte

Por não possuir rios em abundância, o município não possui muita tradição no transporte hidroviário. João Monlevade é servida pela Estrada de Ferro Vitória a Minas - EFVM, que oferece transporte ferroviário diário para os seus habitantes, bem como serviços de logística e escoamento da mineração de cidades vizinhas. A estação da cidade foi inaugurada em 31 de agosto de 1935 e a EFVM é hoje a via de viagem mais barata possível para Belo Horizonte, Vitória ou qualquer outra cidade que conte com pontos de parada.



Por rodovias, o município possui fácil acesso à BR-381, para cidades como São Paulo, Belo Horizonte e Governador Valadares; à BR-262, para Corumbá, Campo Grande, Uberlândia, Belo Horizonte e Vitória; e à MG-129, para municípios próximos, como



Figura 5 - vista do terminal rodoviário inaugurado em 2004

Itabira, Rio Piracicaba, Mariana, Ouro Preto e Conselheiro Lafaiete.

A cidade conta com um terminal rodoviário, que é um dos maiores e mais movimentados da região.

Esse está localizado às margens da BR 381, no bairro cruzeiro Celeste, e é administrado pela Rede Graal, sendo que foi inaugurado em fevereiro de 2004 para substituir o antigo Terminal Rodoviário Tancredo Neves, fechado no dia 20 daquele mesmo mês.

A frota municipal no ano de 2010 era de 28.023 veículos, sendo 18.019 automóveis, 1.038 caminhões, 226 caminhões trator, 2.744 caminhonetes, 741 motonetas, 93 micro-ônibus, 4.317 motocicletas, 216 ônibus, três tratores de roda, 61 utilitários e 565 de outros tipos. As avenidas duplicadas e pavimentadas e diversos semáforos facilitam o trânsito da cidade, mas o crescimento no número de veículos nos últimos dez anos está gerando um tráfego cada vez mais lento de carros, principalmente na Sede do município. Além disso, tem se tornado difícil encontrar vagas para



estacionar no centro comercial da cidade, o que vem gerando alguns prejuízos ao comércio.

O Setor de Trânsito e Tráfego de João Monlevade é a instituição responsável por regulamentar e regularizar o sistema de transporte público, gerenciando o trânsito e, através de seus Agentes de Trânsito, aplica autuações aos motoristas que cometem infrações de trânsito. A responsável pelo transporte público coletivo é a Escon Viação. Atualmente tramita a aprovação de um projeto que prevê a construção de uma faixa reservada apenas ao tráfego de ônibus coletivos nas principais avenidas da cidade, a chamada "Linha Azul".

2.12 – Habitação

Foram construídas em João Monlevade 2.113 (duas mil cento e treze) moradias, através de programas habitacionais, distribuídas em oito conjuntos conforme apresentado abaixo.

Conjunto Habitacional	Ano de construção	Número de Casas
Promorar	1983	160
Estrela Dalva	1988	210
José de Alencar	1982	406
República	1975	300
Nova Monlevade	2003	250
Satélite de Baixo	1961	187



Satélite de Cima	1975	109
Vale do Sol	1983	491

Fonte 1- Prefeitura Municipal de João Monlevade - 2011.

3 – Estrutura de Coordenação e Organização dos Trabalhos para Elaboração do PLHIS

Para a elaboração do PLHIS é de suma importância uma estrutura de coordenação e organização dos trabalhos que possibilite o aproveitamento de todo o potencial dos participantes, para tanto é importante que seja uma equipe multidisciplinar e intersetorial. Ressalta-se a importância do envolvimento dos diversos setores que compõe a administração pública, a equipe técnica da consultoria e a sociedade civil organizada e suas representações para que seja desenvolvida uma metodologia de trabalho pautada na participação democrática, valorização dos diversos saberes, visando maior visibilidade e comprometimento de todos os envolvidos.

O trabalho em equipe visa garantir a formulação de um documento bem fundamentado, possibilidade ainda que o plano seja assumido por todos, uma vez que o principal objetivo é construir elementos que garantam a aplicabilidade e o desenvolvimento do mesmo, que será um instrumento imprescindível para o planejamento e desenvolvimento habitacional do município.



**Ministério
Das Cidades**

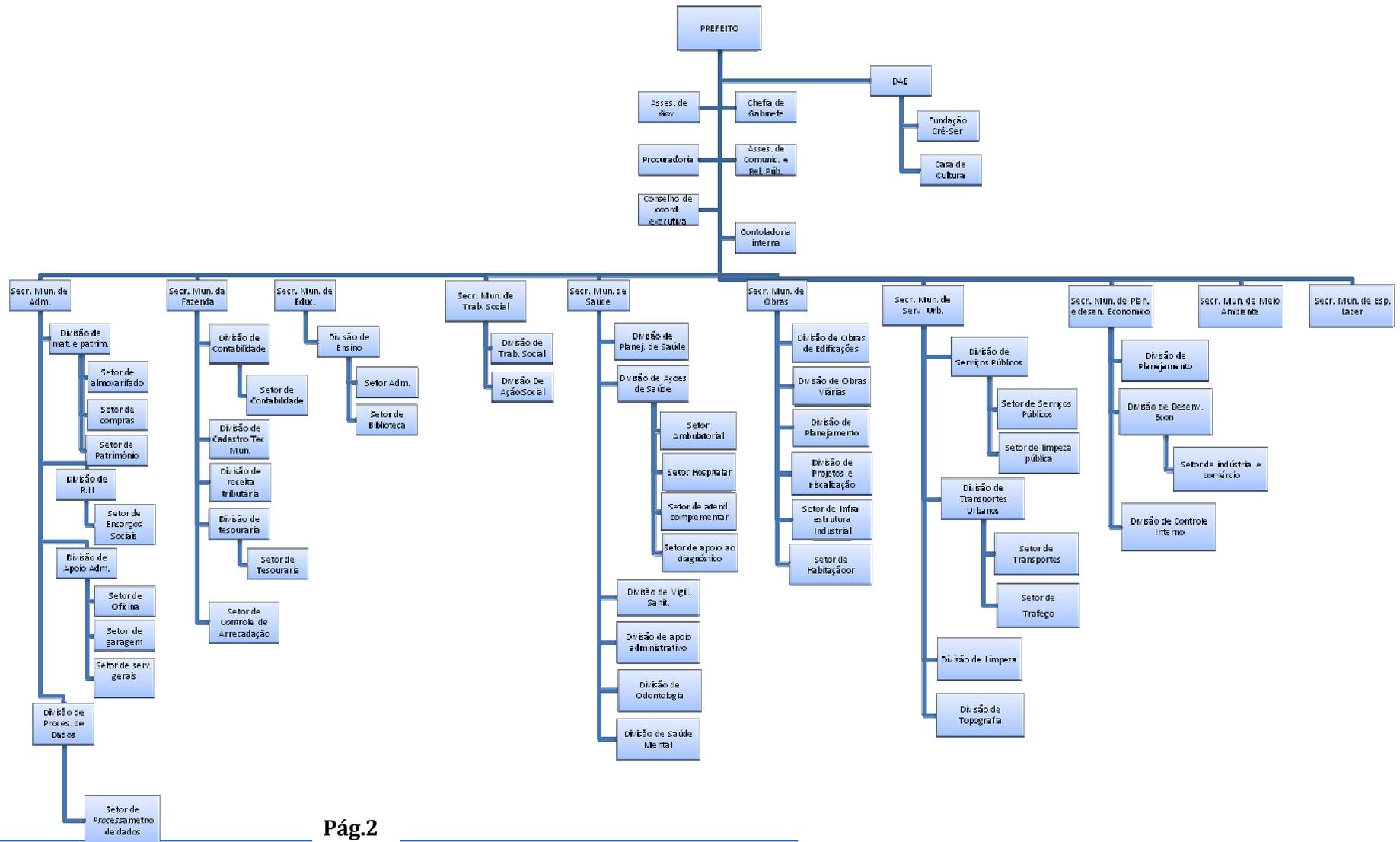


A estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de João Monlevade está organizada em nove secretarias: Secretaria de Administração, Secretaria de Saúde, Secretaria de Trabalho Social,

Secretaria de Meio Ambiente, Secretaria de Fazenda, Secretaria de Educação, Secretaria de Obras, Secretaria de Esporte e Lazer, Secretaria de Planejamento.



Figura 6 - Organograma da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de João Monlevade.





A administração pública de João Monlevade conta com suporte dos setores de Procuradoria Jurídica, Chefia de Gabinete, Controladoria Interna, Assessoria de Governo, Assessoria de Comunicação e Relações Públicas e Departamento de Águas e Esgotos. A Fundação Crê-Ser e Fundação Casa de Cultura também compõem essa estrutura.

Conforme representado na figura 06 – Organograma da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de João Monlevade, O Setor de Habitação antes integrante da Secretaria Municipal de Trabalho Social, atualmente encontra-se situado na Secretaria Municipal de Serviços urbanos e Obras. (Por exigência do Governo Federal foi desvinculado o Setor), sob a gestão do Secretário Municipal de Serviços Urbanos e Obras, senhor Luiz Gonzaga Pena.

A equipe técnica do setor é composta por um auxiliar administrativo (contratado); um Coordenador (Comissionado); um Assistente Social (Concursado), que também dá suporte ao Setor de Defesa Civil.

As Leis que regulamentam o Setor são baseadas na Constituição Federal, Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, Lei Federal, Lei Municipal e *Sistema Único de Assistência – SUAS*

Os serviços, programas e projetos desenvolvidos no Setor de Habitação são de Atendimentos e Encaminhamentos Diversos, Declaração CEMIG, Cadastros Materiais de Construção e Reforma, Cadastros para Moradia Popular, Elaboração de Relatórios,



Avaliação socioeconômica, Informações e cadastramento para programas sociais a exemplo do “Programa Minha Casa, Minha vida”; Elaboração e acompanhamento das reuniões de projetos em andamento; Concessão de material de construção; Concessão de plantas populares e Levantamento Planimétrico; Solicitação de Padrão de Energia, Hidráulico e caixa d’água; Solicitação de caminhão para mudanças; Solicitação Permissão Uso/Termo Assentamento; Reformas de Moradias; Solicitação de Certidões de Número, Entrega de convites as famílias beneficiárias, Visitas Abrigo (MEC), Visitas Domiciliares, dentre outros.

Salienta-se que todos os serviços e benefícios ofertados são respeitados os critérios e condições de acordo com os parâmetros preestabelecidos.

Visando a elaboração do PLHIS de maneira eficiente e participativa a administração nomeou uma equipe técnica de coordenação do Plano Local de Habitação de Interesse Social de João Monlevade é formada por profissionais de áreas diversas, comprometidos com a área habitacional do município e experiência profissional, conforme tabela abaixo:

Nome	Função	Setor
Ricardo Alexandre de Oliveira	Chefe de Divisão de Planejamento e Gestor Municipal de Convênios	Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico
Rita de Cássia da Cruz*	Assistente Social	Secretaria Municipal de Trabalho Social



Claudia Márcia Paiva de Castro	Secretária Municipal de Trabalho Social	Secretaria Municipal de Trabalho Social
Luzia Nunes dos Santos	Controladora Interna	Secretaria de Controladoria Interna
Hallan Charles Souza Maciel	Contador	Secretaria de Fazenda
Carlos Alves do Nascimento	Fiscal de Obras	Secretaria de Fazenda
Jose Silvério dos Santos	Chefe de Setor de Patrimônio	Secretaria de Administração
Eduardo Bastos	Diretor de Procuradoria	Secretaria de Procuradoria

Tabela 4 - composição da equipe municipal para elaboração do PLHIS

*A assistente social, Rita de Cássia da Cruz será também responsável pela coordenação geral da equipe técnica do município, no decorrer de todo o processo de elaboração do PLHIS de João Monlevade.

A equipe técnica da consultoria é composta por técnicos com comprovada experiência profissional e aptidão no desenvolvimento de projetos e planos sociais, organização e mobilização comunitária, dentre outras que agregarão à elaboração do PLHIS de João Monlevade. Conforme tabela abaixo as atribuições são divididas entre os técnicos:



FUNÇÃO	PROFISSIONAL	QUALIFICAÇÃO
Técnica Social e Coordenadora	Deusmar Franco de Almeida.	Especialização em Gestão Social; Graduação em Serviço Social; com experiência em trabalhos sócio-ambientais, desenvolvimento e organização comunitária; elaboração e implementação de projetos sociais. Elaboração e Coordenação de Projeto de Trabalho Técnico Social do Programa de Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários; Desenvolvimento de projeto de regularização fundiária
Arquiteto Urbanista	Alysson de Miranda Ferreira	Especialização em Meio Ambiente e Saneamento Ambiental Aplicado; Extensão em Paisagismo e Pequenas Áreas; Especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho; Extensão em Prática Profissional e Perícias Judiciais; Graduação em Arquitetura e Urbanismo; Extensão em



		Arqueologia Histórica. Cursos, Capacitações, Seminários e Oficinas disponibilizadas pelo Ministério das Cidades e Caixa Econômica Federal.
Suporte Técnico	Oséias de Barros Souza	Graduação em Administração de empresas, Cursos, Capacitações, e experiência profissional tais como: Elaboração e Gestão de Planos Municipais de Interesse Social; Resgate e Planejamento Urbano; Planos Diretor e Regularização Fundiária; Planejamento e Gestão de Micro-Empreendimentos; Comunicação Social; Elaboração e Gestão de Projetos; Criatividade e Relacionamento Humano; Sustentabilidade; Políticas Públicas; Planejamento Estratégico.

Tabela 5 - Composição da equipe da consultoria responsável pela elaboração do PLHIS

*Os pesquisadores serão selecionados especificamente no momento do trabalho de campo que será realizado na fase do diagnóstico



**Ministério
Das Cidades**



As duas equipes ora apresentadas representam os atores institucionais e contarão com a efetiva participação dos atores sociais que é a equipe formada por representantes da sociedade civil organizada através das entidades e suas diversas representatividades.



4 - As Atribuições e Responsabilidades

É indispensável à definição de atribuições e responsabilidades das equipes de trabalho tendo em vista a organização e resultado das etapas de elaboração do plano.

4.1 – Atribuições e responsabilidades da equipe municipal

A equipe técnica municipal conforme apresentada três – Estrutura de Coordenação e organização dos trabalhos para elaboração do PLHIS, é composta por profissionais das diversas áreas na administração pública municipal, o que possibilitará melhor diálogo entre os setores envolvidos contribuindo para a formulação de cada etapa e compõe o plano e posteriormente o devido acompanhamento do mesmo. Nesse sentido a referida equipe é responsável por:

1. Por coordenar os trabalhos de elaboração do PLHIS;
2. Fornecer dados e informações necessárias ao desenvolvimento do trabalho de elaboração do PLHIS;
3. Apoiar e fiscalizar as atividades desenvolvidas pela consultoria;
4. Propor e deliberar decisões inerentes ao processo de elaboração do plano;
5. Avaliar os produtos técnicos apresentados;



6. Divulgação e convocação de reuniões marcadas pela Consultoria com os representantes da administração pública, equipe técnica municipal e conselhos.
7. Presença e participação nas reuniões de trabalho e assembléias previamente agendadas;

4.2 – Atribuições e responsabilidades da consultoria técnica

Aos técnicos da consultoria cabe assessorar, tecnicamente, a prefeitura em todas as etapas de elaboração do Plano Local de Habitação de Interesse Social – PLHIS de acordo com o previsto no contrato assinado pelas partes. Por tanto a equipe é responsável por realizar:

1. Levantamento de dados e informações;
2. Formulação de documentos;
3. Mobilização e mediação dos agentes;
4. Eventos para dar publicidade às etapas do Plano para a sociedade civil e demais entidades representativas;
5. Pesquisas e sistematização dos dados;
6. Capacitação dos atores institucionais; e
7. Elaboração do plano de acordo com as recomendações do Ministério das Cidades.



ETAPA I	ATRIBUIÇÕES
PROPOSTA METODOLÓGICA	1. Elaboração de proposta metodológica preliminar;
	2. Capacitação técnica da equipe local;
	3. Registro de divulgações, reuniões e assembléias através de atas, lista de presença, fotos e de outras comprovações;
	4. Apresentação da proposta aos representantes da administração pública e da sociedade civil para apreciação e aprovação;
	5. Entrega do produto final dessa etapa: Proposta Metodológica
ETAPA II	ATRIBUIÇÕES
DIAGNÓSTICO DO SETOR HABITACIONAL	Levantamento de informações, em base de dados existentes, no que se refere à habitação do Município, com ênfase no déficit habitacional quantitativo e qualitativo:
	1. Número de domicílios rústicos;
	2. Número de domicílios que demandam de incremento de estoque (domicílios improvisados, coabitação familiar, famílias conviventes secundária, cômodos alugados e cedidos e ônus excessivo com aluguel);



	<p>3. Número de domicílios em situações inadequadas de moradia, que demandam ações de melhoria do ponto de vista urbanístico, sem a necessidade de produção de unidades novas;</p>
	<p>4. Número de domicílios tombados pelo patrimônio histórico e domicílios cujos processos estão em andamento;</p>
	<p>5. Número de assentamentos precários;</p>
	<p>6. Número de domicílios produzidos pelo setor público que se encontra em situação de irregularidade ou degradação, demandando ações de reabilitação ou adequação;</p>
	<p>7. Número de domicílios que carecem de regularização fundiária;</p>
	<p>8. Reconhecimento dos grupos sociais já formados ligados ao setor da habitação e suas formas de organização;</p>
	<p>9. Identificar a oferta habitacional disponível, tanto para moradias prontas quanto para lotes urbanizados, destacando a oferta para classes sociais de baixa renda;</p>



	<p>10. Identificar as formas de financiamento disponíveis às modalidades de intervenção (reforma de moradias) e financiamento habitacional;</p>
	<p>11. Condições institucionais e administrativas: capacidade de aplicação de recursos próprios no setor habitacional, identificação de recursos humanos tecnicamente qualificados e equipamentos para realização de serviços habitacionais e de infraestrutura urbana;</p>
	<p>12. Identificar programas habitacionais financiados ou executados diretamente pela administração local, pelos demais entes federativos ou por empresas privadas; os benefícios já realizados e a previsão de novos empreendimentos;</p>
	<p>13. Necessidades habitacionais: caracterizar o contingente populacional que demanda investimentos habitacionais, considerando a composição familiar e faixa de renda;</p>
	<p>14. Caracterização de</p>



	assentamentos precários (favelas e afins): sua localização, serviços de saneamento básico, demanda por equipamentos sociais e infraestrutura,
ETAPA III	ATRIBUIÇÕES
PLANO DE AÇÃO	1. Elaboração de diretrizes de acordo com a Política Nacional de Habitação, para serem discutidas e definidas com os representantes da administração pública e da sociedade, de acordo com a realidade municipal e com o princípio democrático de participação social;
	2. Elaboração de proposições para serem discutidas e definidas com os representantes da administração pública e da sociedade civil organizada, de acordo com a realidade municipal e com as prioridades pré-estabelecidas em conjunto;
	3. Elaboração de proposta de Programas e Ações para serem discutidos com os representantes da administração pública e da sociedade civil organizada.



	4. Estabelecimento de metas, recursos e fontes de financiamento;
	5. Explanação e discussão das estratégias do Plano de Ação preliminar para a sociedade civil por meio de reunião de trabalho com equipe técnica local e conselhos.
	6. Plano de Ação - versão final



5 – Bases e fontes de pesquisa para elaboração do PLHIS de João Monlevade

Visando consolidar um banco de dados a partir dos cadastramentos e pesquisas realizadas, é necessário ainda realizar o levantamento de informações existentes e fazer a articulação desses com bancos de dados municipais e nacionais. Para a elaboração do PLHIS serão utilizadas as mais diversas fontes inerentes ao setor habitacional, disponíveis no próprio município as quais estão disponíveis para consulta imediata em meio digital e físico tais como Plano Diretor Participativo, código de obras, legislações relacionadas à questão habitacional, mapa cadastral da cidade.

Em meio manuscrito estão disponíveis registros da defesa Civil, registro do setor de habitação.

Serão disponibilizados em meio digital dados do CadÚnico, Programa Saúde da Família – PSF.

Em meio físico serão disponibilizados PPA, Lei Orçamentária, e outras fontes que venham a ser identificadas.

Serão utilizadas ainda fontes de pesquisas disponíveis na Web, tais como pesquisas e instruções produzidas por órgãos como Secretaria Estadual do Meio Ambiente (Zoneamento Ecológico Econômico do Estado de Minas Gerais – ZEE/MG), disponível no site www.zee.mg.gov.br, Ministério das Cidades (Sistema Nacional



de Habitação – SNH e Plano Nacional de Habitação – PLANHAB), Guia de Adesão ao Sistema Nacional de Habitação/2008 e Sistema Nacional de Integração das Cidades – GeoSNIC disponíveis no site www.cidades.gov.br, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, no site www.ibge.gov.br, Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais – INDI, disponível no site www.indi.mg.gov.br; Fundação João Pinheiro, através do site www.fjp.gov.br; Programa da Nações Unidas para Desenvolvimento (Atlas do Desenvolvimento Humano) – PNUD, pelo site www.pnud.org.br; Sistema de Informações Socioeconômicas dos Municípios Brasileiros – SIMBRASIL, no site www.1.caixa.gov.br/gov/gov_social/...tecnica/simbrasil_index.asp.

O trabalho de campo com o subsídio das informações disponíveis nas bases e fontes supra citadas, será realizado pelas equipes técnicas (consultoria e município) com o apoio dos pesquisadores e lideranças comunitárias no intuito de identificar e classificar os assentamentos precários, mapear o déficit habitacional quantitativo e qualitativo do município e realizar o dimensionamento e tipo de intervenções necessárias.

Nessa etapa cabe aos técnicos desenvolver o trabalho juntamente com a comunidade de modo a fazer uma leitura baseada na realidade local e trazer proposições que correspondam às demandas existentes. Os pesquisadores terão como atribuição a coleta e tabulação de informações para que sejam confrontadas com as demais bases de dados disponíveis. Aos líderes comunitários e representantes das entidades cabe o papel de facilitador, sobretudo nas regiões onde há resistência política e



**Ministério
Das Cidades**



outros fatores (concentração de criminalidade) conforme já foi apontado. Pois essas localidades o acesso é improvável sem a presença de alguém que já tenha algum vínculo com a comunidade.



6 – Procedimentos para execução das etapas e produtos do PLHIS

6.1 - Etapa I – Proposta Metodológica

A primeira etapa do PLHIS referente à Proposta Metodológica consiste na elaboração da estrutura do plano. Nesta etapa, serão delineados os procedimentos a serem adotados em cada etapa posterior do plano.

Para a construção da proposta metodológica faz necessário:

1. Apresentação da proposta preliminar, discussão sobre a metodologia apresentada e capacitação técnica da equipe local ;
2. Revisão da proposta preliminar e conclusão da versão metodológica definitiva;
3. Assembléia para apresentação da Proposta Metodológica e pactuação com a sociedade civil.

6.1.2 - Produto final da etapa I a ser entregue pela consultoria:

1. Capacitação da equipe local;



2. Assembléia de apresentação e pactuação da proposta metodológica;
3. Proposta metodológica elaborada.

6.2 - Etapa II – Diagnóstico do Setor Habitacional

Na etapa do diagnóstico do setor habitacional será realizado levantamento de informações, em base de dados existentes, sobre habitação no Município, sobretudo no que se refere ao déficit habitacional quantitativo e qualitativo.

O diagnóstico do setor habitacional será composto textos analíticos e descritivos, que serão elaborados através de uma leitura multidisciplinar da equipe técnica da Consultoria. No texto, tomando por base o levantamento de dados já existentes, a pesquisa de campo realizada pretende-se:

1. Fazer uma estimativa da demanda futura, considerando o crescimento vegetativo da cidade;
2. Reconhecer marcos regulatório e legal existentes, na perspectiva do direito à cidade e da garantia do acesso à moradia digna;
3. Identificar situação econômica do município, sua capacidade de endividamento, disponíveis para contrapartida financeira em programas habitacionais do governo federal e estadual, projetos e programas habitacionais que se enquadra a cidade;
4. Caracterizar os atributos sociais da comunidade em questão;
5. Identificar demandas por infraestrutura urbana e por equipamentos sociais;



6. Confeccionar mapas temáticos com a espacialização do diagnóstico;

Nesta etapa será realizada a quantificação e qualificação da oferta e das necessidades habitacionais de João Monlevade, para tanto serão considerados:

6.2.1. Inserção regional e caracterização

A equipe técnica da consultoria buscará diferentes fontes de dados para fazer um levantamento histórico da formação do Município. Para tanto serão utilizados dados e registros, tais como: mapas, fotografias e registros históricos, levantamentos estatísticos, imagens, etc.

Complementará o estudo da questão habitacional do Município, dados do IBGE, Fundação Getúlio Vargas, Fundação João Pinheiro e da Prefeitura Municipal tais como: a área total, aspectos demográficos (população total, rural / urbana, crescimento demográfico, e muitos outros), inserção macro e micro regional do município, sua relação com as cidades vizinhas, o relevo, a hidrografia, e finalmente, aspectos fundiários relevantes para se compreender o processo de ocupação do município.

6.2.2. Levantamento da demanda habitacional

Visando identificar o déficit habitacional de João Monlevade, serão utilizadas informações do banco de dados da Prefeitura Municipal, (Secretaria de Assistência Social, Cadastro do



IPTU, Programa da Saúde da Família - PSF, Cadastro Único de Beneficiários dos Programas do Governo Federal - CadÚnico,). As Informações levantadas serão divididas em dois grandes grupos que demandam investimentos habitacionais:

1º grupo - Mapeamento do déficit habitacional básico ou déficit quantitativo

Compõe este grupo número de famílias sem moradia, as que estão em domicílios rústicos, domicílios improvisados, cômodos alugados ou cedidos e famílias conviventes (coabitação familiar).

2º grupo - Mapeamento da inadequação habitacional ou déficit qualitativo

Compõe este grupo os levantamentos de domicílios carentes de infraestrutura básica, inexistência de unidade sanitária domiciliar interna, adensamento excessivo e inadequação fundiária.

Serão quantificadas as duas categorias acima mencionadas e, ainda, as regiões onde há predominância de cada uma dessas categoriais de moradia. Para melhor visualização, a identificação geográfica das respectivas regiões será feita no mapa do Município que caracterizará o contingente habitacional de cada grupo.

Para a realização desta etapa, além do levantamento de dados já existentes, serão realizados pesquisa de campo, debates com técnicos da administração pública para discutir e construir os textos com o diagnóstico da situação habitacional do município onde serão identificadas e classificadas as situações



existentes conforme normativos do Ministério das Cidades, que define:

- a. Déficits e inadequações habitacionais** – Por déficit habitacional entendem-se o número de domicílios que demandam por reposição do estoque (domicílios rústicos) e incremento (domicílios improvisados, coabitação familiar, famílias conviventes secundária, cômodos alugados e cedidos e ônus excessivo com aluguel). Inadequação habitacional trata-se do conjunto de domicílios em situações impróprias de moradia, que demandam ações de melhorias do ponto de vista urbanístico e da regularização fundiária, sem a necessidade de produção de unidades novas;
- b. Assentamentos precários** – Segundo o Ministério das Cidades, entende-se pelo aglomerado de domicílios auto-construídos, dispostos de forma desordenada, geralmente denso e carente de serviços públicos essenciais, ocupando terrenos de propriedade pública e/ou particular, construções em área de risco ou APP.
- c. Cortiços** – Habitações coletivas localizadas em áreas urbanas e/ou periféricas constituídas por edificações subdivididas em cômodos alugados, sub-alugados ou cedidos a qualquer título, lotados e com instalações sanitárias de uso comum por todos os moradores dessa edificação; e
- d. Conjuntos habitacionais degradados** – Àqueles produzidos pelo setor público que se encontram em situação de irregularidade ou degradação, demandando ações de reabilitação ou adequação.



e. Regularização fundiária – identificação de imóveis, áreas e loteamentos que se encontram na clandestinidade ou irregularidade, de acordo com a concepção de cidade legalizada e urbanizada.

6.2.3. Produto final dessa etapa a ser entregue pela consultoria:

- 1 Explicação do Diagnóstico Final do Setor Habitacional em reunião com equipe local e conselhos para discussão e análise;
- 2 Apresentação do produto final em assembléia;
- 3 Texto do diagnóstico final do Setor Habitacional.

6.3. Etapa III – Estratégia de Ação

A terceira e última etapa de elaboração do Plano Local de Habitação de Interesse Social – PLHIS trata-se da definição das medidas para resolução da situação exposta pelo diagnóstico do setor habitacional. Serão propostas estratégias de ação para cada problema identificado, contendo princípios e diretrizes que orientarão a política municipal para habitação no município.

O Plano de Ação será composto pelo conjunto dessas estratégias de ação que se subdivide em procedimentos parciais definidos pela metodologia recomendada pelo Ministério das Cidades (Mcidas, 2008). Dessa forma serão debatidas inicialmente as diretrizes do plano, seguidas de seus objetivos,



metas, indicadores e, por fim os recursos e fontes de financiamento a serem utilizadas preferencialmente.

A elaboração do PLHIS, além de garantir a adesão do município no SNHIS, se constituirá em um instrumento de planejamento local das ações do setor de habitação. O estudo de sua população, de sua área territorial, de sua legislação urbana, de seu vetor de crescimento, são alguns dos vários eixos que serão analisados durante a elaboração do plano.

A construção do Plano de Ação se dará através de:

1. Elaboração de propostas de programas e ações para setor habitacional;
2. Levantamento de recursos e fontes de financiamento disponíveis;
3. Estabelecimento dos indicadores para os programas e ações definidos;
4. Estabelecer os programas e ações prioritários que minimizem os problemas habitacionais da cidade de João Monlevade;
5. Estabelecimento de metas a curto, médio e longo prazo;
6. Definição do método de monitoramento, avaliação e revisão do plano, com o objetivo de consolidar um sistema contínuo de avaliação temporal de cada programa e ação, dando visibilidade pública aos mesmos;



7. Reunião com equipe técnica municipal, conselhos, para discussão sobre proposta preliminar;
8. Revisão de propostas discutidas com o grupo de trabalho (equipe técnica municipal, conselhos);
9. Assembléia final para apresentação do Plano de Ação e aprovação popular.
10. Revisões no texto final e entrega do Plano Local de Habitação de Interesse Social - PLHIS de João Monlevade.

6.3.1. Produto final dessa etapa a ser entregue pela consultoria:

1. Plano Local de Habitação de Interesse Social elaborado, contemplando as estratégias de ação e todos os conteúdos previstos acima.
2. Relatório que apresente as atividades, material comprobatório da participação popular, lista de presença, fotos e relato dos resultados obtidos.



7- Estratégia de Comunicação, Mobilização e Participação da População, com Identificação dos Diferentes Atores

Em busca da compreensão quanto à participação popular é válido citar Villas Boas (1994), a participação popular deve ser concebida como um “processo que se constrói coletivamente e que pressupõe a existência de canais permanentes, onde um trabalho contínuo e sistemático vai imprimindo uma nova configuração à relação poder público/população(...) e à criação de espaços públicos em que se explicitem os conflitos, a partir dos quais critérios claros possam se tornar parâmetros permanentes de negociação”.

De acordo com Pedro Pontual (1994) “a participação popular pressupõe uma relação de troca entre gestão (municipal) e população, a partir da qual se torna possível construir um conhecimento conjunto sobre a cidade, resultando na elaboração de projetos coletivos. Trata-se de criar condições para que se realize um intercâmbio de saberes: de um lado, os que detêm um conhecimento técnico sobre a realidade urbana e que estão no governo e, de outro lado, um saber popular, fruto da vivência que a população tem dos problemas da cidade e da sua capacidade de apontar soluções.

Conforme orientações do guia para elaboração do PLHIS dos Municípios Mineiros, a participação do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social é prioritária por representar a



principal instância de debate das questões habitacionais do município, onde estão representados os diversos seguimentos da sociedade civil organizada. Nesse sentido, visando ampliar a participação popular optou-se pela formação de um grupo de representantes, denominado GAP – Grupo de Acompanhamento do PLHIS, composto por membros atuantes dos conselhos, representantes dos diversos seguimentos da sociedade civil organizada, garantido que a população de João Monlevade esteja representada em todo o processo de construção do PLHIS, sobretudo no que se refere ao desenvolvimento da cidade. A escolha pela forma de participação representativa se deu visando possibilitar a participação mais efetiva a partir de um grupo menor onde serão discutidos todos os procedimentos para a construção do plano. Optou-se por solicitar às entidades a apresentação de um membro para representar aquele seguimento no qual se propõe a representar/defender e esse tem o papel de participar das reuniões, trazer sugestões das comunidades que representa e mantê-las informadas quanto ao andamento dos trabalhos.

De acordo com as diretrizes do manual de orientações para elaboração e implantação dos Planos Locais de Habitação de Interesse Social – PLHIS todos os atores envolvidos no trabalho estão aptos a se capacitarem e contribuir diretamente em todas as etapas de elaboração do plano.

Nesse sentido buscou-se a identificação de todos os conselhos, associações e grupos organizados presente no município. Foi verificado que no ano de 2009 houve um esforço por parte do Poder Público para que todos os conselhos atuassem de



modo a contribuir com a proposta de uma gestão participativa pautada na participação popular, sendo os conselhos uma das instancias para se deliberar quanto às políticas públicas. No entanto os conselhos que se encontram em funcionamento atualmente são conselho Municipal de Saúde, criado através da Lei nº1060 de 12 de setembro de 1991 e alterada pela Lei nº1062 de 16 de setembro de 1991; Conselho Municipal dos Direitos da Mulher Monlevadense – CODEMM, instituído pela lei nº1048 de 11 de junho de 1991; Conselho Municipal da Juventude, instituído pela Lei nº1827 de 11 de novembro de 2009; Conselho Municipal de Educação instituído pela Lei nº1147, de 22 de outubro de 1992; Conselho Municipal da Terceira Idade, criado em 2010; Conselho Municipal de Assistência Social – COMAS, instituído pela Lei nº1313 de 19 de dezembro de 1995, alterada pela lei nº1502 de 04 de maio de 2001; Conselho Municipal do Direito da Criança e do Adolescente – CMDCA, instituído pela Lei nº1376 de 07 de julho de 1997 e Conselho Municipal de habitação de Interesse Social instituído pela Lei nº 1604 de 03 de junho de 2008.

Em João Monlevade existem diversas organizações sociais que atuam em vários ramos de atividade, trabalhando com projetos sociais de promoção da cidadania, defesa do meio ambiente e dos direitos das minorias. Dentre esses seguimentos às entidades e grupos organizados identificados no município foram:

Associações:



AAPIMON – Associação dos Apicultores de João Monlevade;
ACINPODE – Associação de Cooperação e Integração dos Portadores de Deficiência de João Monlevade; AAPREDEQ – Associação de Apoio a Recuperados da Dependência Química; AMA – Associação de Monlevadenses e Amigos; AMAI – Associação Monlevadense de Apoio ao Idoso; APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais; APAS-MON – Associação de Pais e Amigos dos Surdos de Monlevade e Região; APEC – Associação Popular Educacional e Cultural; ANAN - Associação Cultural Navio Negroiro; Associação das Profissionais Empregadas Domésticas e Lavadeiras de João Monlevade; Associação de Artesãos de João Monlevade; Associação dos Adolescentes Rumo ao Futuro; Associação dos Trabalhadores Aposentados e Pensionistas de João Monlevade; AAHM – Associação Amigos do Hospital Margarida; ATLMARJOM - Associação dos Trabalhadores da Limpeza e Materiais Recicláveis de João Monlevade; Associação dos Trabalhadores Desempregados de João Monlevade; Associação por Amor no Combate ao Câncer de Mama; Associação São Vicente de Paulo de João Monlevade; ASSODIMON – Associação dos Diabéticos; ASSUME – Associação de Usuários do Serviço de Saúde Mental de João Monlevade; AUTCOM – Associação dos Usuários do Transporte Coletivo de João Monlevade; AMEC – Associação Monlevadense de Ensino Cooperativo; ACORP – Associação de Corredores de Rua e Pista de João Monlevade; Associação Monlevadense de Imprensa – AMI; ACIMON – Associação Comercial e Industrial de João Monlevade.



Creches:

Centro de Apoio Criança Feliz; Centro de Educação Infantil Casulo; Centro de Educação Infantil Irmã Dulce; Creche Luz aos Pequenininhos (duas unidades); Lar Imaculada Conceição; Creche Projeto Vida Nova.

Instituições:

45º Grupo de Escoteiros de João Monlevade; ADEMON – Agência de Desenvolvimento de João Monlevade; Cáritas Diocesana de Itabira; Comunidade Terapêutica Colônia Bom Samaritano; Conselho Tutelar de João Monlevade; Escola de Pais do Brasil – Setor João Monlevade; Fundação ArcelorMital; Fundação Municipal Crê-Ser; Grupo de Apoio Amor Exigente Bom Samaritano; Lar São José da Sociedade São Vicente de Paulo; Clube de João Monlevade – Sobral; Lions clube João Monlevade – Centro; Loja Maçônica Harmonia; Loja Maçônica Luz do Vale Nº 45; Loja Maçônica Príncipe de Condé; NATA – Núcleo de Apoio ao Toxicômano e Alcoólatra; NUPRA – Núcleo de Professores Estaduais Aposentados de João Monlevade; Rotary Clube de João Monlevade; SEVOR – Serviço Voluntário de Resgate;

Sindicatos:

Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil; Sindicato de Asseio e Conservação; SIME – Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico e Eletrônico de João Monlevade; SINTRAMON – Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público de João Monlevade; Sindicato dos Trabalhadores



Metalúrgicos de João Monlevade; SIND-UTE – Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais.

A tabela abaixo tem como objetivo apresentar o Grupo de Acompanhamento do PLHIS, bem como as entidades que representam.

Nome	Entidade
Maria das Graças Lima	Movimento dos sem casa
Elias Gonçalves	Associação de Coop. e integração dos portadores de deficiência de João Monlevade - ACINPODE
Ângela Maria Constanzo Soares	Associação Comercial e Industrial de João Monlevade - ACIMON
Maria Valdete Leite da Cruz	Cáritas Diocesana de Itabira
José Pedro Gomes	Conselho Municipal de Habitação

Tabela 6 - composição do GAP

A estratégia de comunicação adotada para esse trabalho tem como objetivo a sensibilização de todos os atores sociais e municipais envolvidos na elaboração do PLHIS de João Monlevade. A mobilização e participação social deverão ocorrer durante todo o processo de elaboração do Plano, para tanto é de suma importância o envolvimento desde o início dos trabalhos, dando ciência do andamento dos mesmos.



Considerando a relevância da participação popular ressalta-se que as formas de comunicação e mobilização utilizadas foram indicadas, em assembléia pela própria comunidade, por se considerar as mais abrangentes. Visando ampla divulgação dos trabalhos referentes à elaboração do PLHIS, no intuito de possibilitar a efetiva participação, serão realizadas propaganda volante, envio de convites impressos aos representantes de entidades e lideranças comunitárias e afixação de cartazes em pontos estratégicos da cidade.

Para garantir espaços de participação e simultaneamente manter toda a população envolvida e informada, quanto aos trabalhos desenvolvidos serão realizadas reuniões, com a participação dos diversos atores envolvidos, durante a elaboração de cada etapa. Acredita-se que essas possibilitarão o entrosamento necessário entre as equipes técnicas responsáveis pela elaboração do PLHIS e comunidade em geral através do GAP, para garantir a construção coletiva do plano e ainda o alcance dos objetivos propostos pelo mesmo, tendo em vista a importância do acompanhamento dos diversos atores envolvidos após a conclusão dos trabalhos.

Para a conclusão dessas, serão realizadas assembléias, uma por etapa, no intuito de apresentar e submeter a aprovação do produto final correspondente.



8 – Formas de publicidade ao início e término dos trabalhos com apresentação da equipe e dos mecanismos de participação popular e de acesso às informações.

Para dar início ao trabalho de elaboração do Plano Local de Habitação de Interesse Social – PLHIS de João Monlevade, foi realizada uma reunião para capacitação e nivelamento das informações dos atores envolvidos, a mobilização ocorreu através de contato telefônico e emails, enviados pela coordenadora da equipe municipal aos demais componentes da equipe de trabalho, nessa oportunidade ficou acordado que para essas reuniões o contato será por meio de contato telefônico e email que serão realizados pela consultoria para fins de confirmação de data e local.

Visando dar publicidade ao início dos trabalhos foi realizado uma Assembléia com ampla participação da população em geral. Para tanto foi realizada divulgação através da rádio local e convites às entidades religiosas e dos diversos segmentos da sociedade civil organizada e líderes comunitários, enviados pela equipe municipal responsável pela coordenação do trabalho. Na ocasião as equipes responsáveis pela parte técnica foram apresentadas e propuseram uma metodologia de trabalho de modo a garantir o envolvimento de todos, sobretudo dos representantes da sociedade civil, buscando garantir a eficiência nos mecanismos de participação popular e



acesso às informações, respeitando-os como protagonistas desse processo de construção de um instrumento que será mais um a contribuir para o desenvolvimento sustentável do município.

Na segunda etapa, para a realização do diagnóstico será realizada reunião com equipe de trabalho e GAP com vistas a definir as estratégias para realização do trabalho de campo, para essa reunião serão enviados emails e contado telefônico. Em seguida serão realizadas pesquisas de campo e entrevistas com representantes do setor imobiliário, líderes comunitários, moradores dos diversos setores do município. A pesquisa de campo é fundamental para obter os dados referentes à quantificação e qualificação do déficit habitacional do município, no entanto uma das grandes preocupações é não criar falsas expectativas na população, sobretudo devido à atual carência por políticas habitacionais. Visando melhor entendimento e aproximação da equipe para realização desse trabalho em campo o GAP será facilitador para a realização da pesquisa e ainda para manter a comunidade informada acerca do andamento dos trabalhos, considera-se relevante a presença de pessoas da própria comunidade.

Ainda na segunda etapa será realizada reunião com equipe técnica (do Município e da consultoria) e o GAP para apresentação e discussão dos resultados parciais dos estudos realizados visando o levantamento de todas as informações inerentes aos problemas urbanos e habitacionais do município, para viabilizar o processo de tomadas de decisão na etapa posterior é extremamente relevante o



nivelamento de informações, possibilitando uma leitura comum dos problemas detectados.

Para concluir mais essa etapa será realizada uma assembléia para apresentação dos resultados obtidos no diagnóstico do setor habitacional do município, tais como os dados referentes ao déficit habitacional quantitativo e qualitativo, caracterização dos assentamentos precários, dentre outros. Visando a mobilização da população será realizada divulgação através de som volante, e convites nominais enviados às entidades religiosas e dos diversos segmentos da sociedade civil organizada e líderes comunitários, enviados pela equipe municipal responsável pela coordenação do trabalho.

Para a formulação da ultima etapa, denominada Plano de Ação será realizada reunião com equipes responsáveis pela elaboração do PLHIS, GAP e o Conselho Municipal e Habitação de Interesse Social - CMHIS no intuito de apresentar e avaliar o plano de ação preliminar. Conforme acordado na primeira reunião o convite será realizado através de contato telefônico e emails com exceção do CMHIS que será convocado através de convite nominal enviado a cada membro do conselho.

Após a conclusão dos trabalhos será realizada uma assembléia para apresentação, discussão e aprovação do Plano de Ação, para tanto é imprescindível a participação no decorrer das etapas para que essas possam ser discutidas com propriedade e ainda para que sejam aprovadas e assumidas de forma clara e consciente, a partir do reconhecimento das situações identificadas e possibilidades de minimização ou equacionamento das mesmas. No



**Ministério
Das Cidades**



intuito de mobilizar a população para esse evento será realizada divulgação através de som volante, distribuição de panfletos informativos à população e convites nominais enviados às entidades religiosas e dos diversos segmentos da sociedade civil organizada e líderes comunitários que contribuirão na divulgação e incentivo para a participação, enviados pela equipe municipal responsável pela coordenação do trabalho.



9 – Cronograma de eventos de discussão com a sociedade, com mapeamento das atividades

Cronograma de Atividades					
ETAPA	PRODUTO	Descrição	Meses		
			Mês 1	Mês 2	Mês 3
Etapa I	PROPOSTA METODOLÓGICA	Pesquisa documental, identificação de registros existentes referentes à política municipal de habitação e Elaboração de proposta Metodológica preliminar	X		
		Reunião para capacitação e nivelamento das informações dos atores institucionais	X		
		Apresentação prévia da proposta e capacitação da equipe técnica local e conselhos	X		
		Assembleia de instalação dos trabalhos, identificação de lideranças comunitárias e pactuação de metodologia para a elaboração do PLHIS e apresentação da metodológica elaborada	X		



Etapa II	DIAGNÓSTICO DO SETOR HABITACIONAL	Pesquisa em base de dados existentes para elaboração de diagnóstico preliminar social, histórico, cultural, arquitetônico e urbanístico.		X	
		Reunião com equipe técnica e GAP para desenvolvimento dos trabalhos		X	
		Trabalho de campo para confirmação de dados coletados em pesquisa em base de dados existentes		X	
		Compilação dos dados obtidos no levantamento em bases já existentes, e do trabalho de campo realizado.		X	
		Reunião entre equipe técnica, GAP, para apresentação e discussão de resultados parciais dos estudos realizados.		X	
		Apresentação do produto final do Diagnóstico do Setor Habitacional em assembléia.		X	
Etapa III	PLANO DE AÇÃO	Elaboração de propostas de programas e ações para setor habitacional.			X
		Reunião com equipe local, GAP e conselhos para apresentação e avaliação do Plano de Ação preliminar.			X
		Revisão do plano de ações.			X



	Elaboração da versão final do PLHIS.			X
	Assembléia para apresentação, discussão e aprovação do Plano de Ação.			X
	Revisões e entrega do PLHIS.			X



10 – Os prazos e custos estimados à elaboração do PLHIS

Conforme cronograma de atividades apresentado no item anterior, a equipe da consultoria e equipe local se comprometeram junto à Prefeitura Municipal de João Monlevade em realizar os trabalhos de elaboração do PLHIS no período de três meses.

O contrato de firmado entre a Prefeitura Municipal e a Empresa Ethos para a elaboração do PLHIS é de R\$49.483,00, sendo esse dividido em três etapas, de acordo com a aprovação de cada etapa, quando será liberado pela Caixa Econômica Federal. O valor referente à primeira etapa, correspondente à proposta metodológica é de 20% do valor total do contrato, a segunda etapa, diagnóstico do setor habitacional corresponde a 50% e à terceira etapa, plano de ação destinam-se 30% do valor. Para otimização do tempo e recursos disponíveis as equipes se dedicarão ao máximo às atividades, compreendendo a relevância da atuação de cada profissional e ou membro envolvido e o compromisso com o resultado final, que deve constituir um documento capaz de contribuir para o desenvolvimento da cidade.



**Ministério
Das Cidades**





11 – Cronograma de Desembolso

Serviço	Produto	Valor da contrapartida (R\$)	Valor de Repasse (R\$)	Valor Total (R\$)	Total (%)
Etapa I	Proposta Metodológica Detalhada	791,73	9.104,87	R\$9.896,60	20%
Etapa II	Diagnóstico do Setor Habitacional	1.979,32	22.762,18	R\$ 24.741,50	50%
Etapa III	Estratégias de Ação	1.187,59	13.657,31	R\$14.844,90	30%
Total				R\$ 49.483,00	100%



**Ministério
Das Cidades**





12 – A forma de articulação com outros programas e ações

Os pilares que norteiam os temas do PLHIS são fundamentalmente a Identificação de áreas para expansão urbana, produção habitacional e loteamentos adequados, a urbanização e regularização fundiária em assentamentos precários e informais. Nesse sentido é imprescindível o levantamento dos instrumentos urbanísticos e demais legislações existentes no município, bem como programas e projetos executados na área habitacional. Dentre esses salienta-se o estudo e articulação do PLHIS com Plano Diretor Participativo do município, por se tratar da lei que defini as áreas e os critérios para utilização dos instrumentos consolidados pelo Estatuto das Cidades visando identificar quais os princípios e diretrizes devem ser considerados. Por se tratar da lei direciona ao crescimento do município e que determina os princípios de seu ordenamento territorial.

A avaliação coletiva dos impactos desses e os mecanismos de combate aos problemas habitacionais subsidiarão a tomada de decisões, estabelecimento de critério de atendimento, dentre outros elementos necessário ao atendimento dos problemas que serão apresentados posteriormente no resultado do diagnóstico do setor de habitacional.

O Plano Municipal de Redução de Risco é outro instrumento que poderá ter um papel determinante para o desenvolvimento da cidade de João Monlevade. Segundo informações do setor de



**Ministério
Das Cidades**



habitação e defesa civil do município já estão empenhando para reunir meios para a elaboração desse que também deve se articular com o PLHIS e o Plano Diretor do município no intuito de ampliar as possibilidades de melhoria das condições habitabilidade da população, no que se refere à segurança, acesso, e conseqüentemente das condições de vida das famílias.



13 – Referências Bibliográficas

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. Guia de Adesão ao Sistema Nacional de Habitação – SNHIS. Brasília: Ministério das Cidades, 2008.

BRASIL. Ministério das Cidades. EAD – PLHIS: Planos Locais de Habitação de Interesse Social. Brasília: Ministério das Cidades, 2009.

DANIEL, C. Gestão Local e Participação da Sociedade. In: Participação Popular nos Governos Locais. Revista Pólis, nº 14. São Paulo: Instituto Pólis, 1994.

PAZ, R.D.O.; MILANESI, R. Participação e Controle Social. In: Ministério das Cidades/DENALD, R. (org.). Ações Integradas de Urbanização de Assentamentos Precários. Brasília: Ministério das Cidades, 2009.

PONTUAL, P. Pedagogia da Gestão Democrática das Cidades. In: Participação Popular nos Governos Locais. Revista Pólis, nº 14. São Paulo: Instituto Pólis, 1994.

VILAS-BÔAS R. (org.) Participação Popular nos Governos Locais. Revista Pólis, nº 14. São Paulo: Instituto Pólis, 1994.

MINAS GERAIS. Secretaria Estadual de Desenvolvimento Regional e Política Urbana – SEDRU. Guia para os Municípios Mineiros: Planos Locais de Habitação de Interesse Social: Como Fazer. Belo Horizonte, 2011.



**Ministério
Das Cidades**



Anexos